ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ASP - Associação Social de Pereira

ANO: 2025

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade 4
1.1 - Dados de identificação 4
2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 4
2.1 - Referencial contabilístico utilizado 4
2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras 5
2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior 5
3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 5
3.1 - Principais políticas contabilísticas 5
3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas 8
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas 8
4 - Ativos fixos tangíveis 8
4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis 8
4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte: 9
4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte: 9
5 - Custos de empréstimos obtidos 10
5.1 - Outras divulgações 10
5.1.1 - Outros rendimentos e ganhos 10
5.1.2 - Outros gastos e perdas 11
6 - Rendimentos e gastos 11
6.1 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos 11
6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte: 11
6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos 11
6.4 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviçoss 12
7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 12
7.1 - Outras divulgações 12
8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas 13
8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas 13
8.2 - Principais doadores / fontes de fundos 14
9 - Instrumentos financeiros 15
9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros 15
9.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor 15
9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte: 15
9.4.1 - Dívidas a fornecedores 16
9.4.2 - Outros Passivos Correntes 16
9.4.3 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte: 16
9.4.4 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa: 17
9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte: 17
9.6 - Outras divulgações 18

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

10 - Benefícios dos empregados **18**

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas 18

10.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões 19

10.3 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão 19

10.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade 19

10.5 - Outras divulgações 19

11 - Acontecimentos após a data do balanço **20**

11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço 20

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais **20**

12.1 - Informação por atividade económica 21

12.2 - Informação por mercado geográfico 21

12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais 22

13 - Impostos e contribuições **22**

13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento: 22

13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições 22

14 - Fluxos de caixa **23**

14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários: 23

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: ASP - Associação Social de Pereira
Número de identificação de pessoa coletiva: 515776033
Lugar da sede social: Rua da Igreja, n.º 418 4755-410 Barcelos
Endereço eletrónico: associacaosocialpereira@gmail.com
Página da internet: https://www.asp-pereira.pt/
Natureza da atividade: Atividades de ação social para pessoas idosas, sem alojamento

A associação tem por objeto: Atividades desenvolvidas em centro de dia e centros de convívio, para pessoas idosas. Incluí serviços de apoio domiciliário, atividades desenvolvidas em lares, residências, centros de acolhimento temporário de emergência, acolhimento familiar e centros de noite, para pessoas idosas.
Atividades desenvolvidas por creches, centros de atividades de tempos livres e amas. Inclui cuidados diários de crianças com deficiência e intervenção precoce; Atividades desenvolvidas em centros de atividades ocupacionais e similares, e, em regra geral, todas as de apoio, acompanhamento, investigação e estudo. Incluí o apoio em regime ambulatório e os serviços de apoio domiciliário.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da

demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados".

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pela Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos

nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando

nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento
A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários
As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.
Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber
As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários
Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões
A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar
As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.
Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações
Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.
Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

- Rédito e regime do acréscimo
O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.
Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.
Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.
Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios
Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer retribuições adicionais.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não foram efetuadas alterações às estimativas contabilísticas. As estimativas efetuadas são consistentes com as realizadas nos períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo tangível é escriturado pelo seu custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
A Instituição deprecia os ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil estimada pela Direção.

AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edificios e outras construções	Modelo de Custo	Método de Linha Reta	10	10%
Equipamento básico	Modelo de Custo	Método de Linha Reta	8	12.5%
Equipamento administrativo	Modelo de Custo	Método de Linha Reta	8	12.5%

A Entidade não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e 2024 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	12.769,85	11.602,55	37.499,99	1.570,82	0,00	0,00	0,00	0,00	63.443,21
Depreciações acumuladas	0,00	2.160,69	7.425,96	1.171,86	1.570,82	0,00	0,00	0,00	0,00	12.329,33
Saldo no início do período	0,00	10.609,16	4.176,59	36.328,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.113,88
Variações do período	0,00	20.098,27	10.250,66	-4.687,44	584,78	0,00	0,00	0,00	0,00	26.246,27
Total de aumentos	**0,00**	**22.300,00**	**16.859,07**	**0,00**	**1.140,29**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.299,36**
Aquisições em primeira mão	0,00	22.300,00	16.859,07	0,00	1.140,29	0,00	0,00	0,00	0,00	40.299,36
Total diminuições	**0,00**	**2.201,73**	**6.608,41**	**4.687,44**	**555,51**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.053,09**
Depreciações do período	0,00	2.201,73	6.608,41	4.687,44	555,51	0,00	0,00	0,00	0,00	14.053,09
Saldo no fim do período	0,00	30.707,43	14.427,25	31.640,69	584,78	0,00	0,00	0,00	0,00	77.360,15
Valor bruto no fim do período	*0,00*	*35.069,85*	*28.461,62*	*37.499,99*	*2.711,11*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*103.742,57*
Depreciações acumuladas no fim do período	*0,00*	*4.362,42*	*14.034,37*	*5.859,30*	*2.126,33*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*26.382,42*

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0,00	5.151,05	8.328,54	0,00	1.386,84	0,00	0,00	0,00	0,00	14.866,43
Depreciações acumuladas	0,00	1.122,26	1.816,43	0,00	795,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.734,49
Saldo no início do período	0,00	4.028,79	6.512,11	0,00	591,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11.131,94
Variações do período	0,00	6.580,37	-2.335,52	36.328,13	-591,04	0,00	0,00	0,00	0,00	39.981,94
Total de aumentos	**0,00**	**7.618,80**	**3.274,01**	**37.499,99**	**183,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**48.576,78**
Aquisições em primeira mão	0,00	7.618,80	3.274,01	37.499,99	183,98	0,00	0,00	0,00	0,00	48.576,78
Total diminuições	**0,00**	**1.038,43**	**5.609,53**	**1.171,86**	**775,02**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.594,84**
Depreciações do período	0,00	1.038,43	3.076,64	1.171,86	183,98	0,00	0,00	0,00	0,00	5.470,91
Outras diminuições	0,00	0,00	2.532,89	0,00	591,04	0,00	0,00	0,00	0,00	3.123,93
Saldo no fim do período	0,00	10.609,16	4.176,59	36.328,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.113,88
Valor bruto no fim do período	*0,00*	*12.769,85*	*11.602,55*	*37.499,99*	*1.570,82*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*63.443,21*
Depreciações acumuladas no fim do período	*0,00*	*2.160,69*	*7.425,96*	*1.171,86*	*1.570,82*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*12.329,33*

As aquisições relativas a Edifícios e Construções destinam-se ao alargamento da resposta social Creche, bem como algumas obras de benfeitorias efetuadas na Insituição. Em termos de Equipamento Básico os gastos são inerentes ao apetrechamento das salas.

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1 - Outras divulgações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Não havendo assim qualquer capitalização deste tipo de encargos.

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos	**0,00**	**0,00**
Juros e gastos similares suportados	**0,00**	**118,02**
Juros de financiamentos suportados	0,00	118,02
Outros juros de financiamentos suportados	*0,00*	*118,02*

5.1.1 - Outros rendimentos e ganhos

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Outros rendimentos e ganhos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Correções relativas a exercícios anteriores	252,50	470,11
Imputação de subsídios para investimentos	1.250,00	0,00
Outros não especificados	3,93	1,92
Total	1.506,43	472,03

5.1.2 - Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Impostos	27,00	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	3.153,49
Quotizações	0,00	302,50
Outros	4,28	0,29
Total	31,28	3.456,28

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Outras divulgações sobre rendimentos e gastos

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	381.380,50	301.964,58
Juros	1.011,11	1.149,38
Total	**382.391,61**	**303.113,96**

Verifica-se um incremento das receitas em termos de prestação de serviços, devido ao alargamento do acordo de cooperação.

6.3 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	24.883,52	9.554,92
Serviços especializados	**52.562,84**	**23.704,07**
Trabalhos especializados	13.989,96	5.777,28
Vigilância e segurança	283,52	465,06
Honorários	19.962,10	10.376,50
Conservação e reparação	18.231,26	6.779,40
Outros	96,00	305,83
Materiais	**20.167,47**	**19.710,01**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9.838,68	4.114,90
Material de escritório	828,43	682,31
Artigos para oferta	80,00	0,00
Outros	9.420,36	14.912,80
Energia e fluidos	**2.018,00**	**803,77**
Combustíveis	1.543,00	336,17
Outros	475,00	467,60
Deslocações, estadas e transportes	**9,02**	**0,00**
Deslocações e estadas	9,02	0,00
Serviços diversos	**10.340,56**	**5.710,21**
Rendas e alugueres	1.177,25	784,70
Comunicação	149,43	173,11
Seguros	3.161,91	1.259,67
Contencioso e notariado	0,00	200,00
Limpeza, higiene e conforto	5.851,97	3.292,73
Total	109.981,41	59.482,98

No 2025 verificou-se um incremento da rubrica de FSE em virtude à frequência em pleno do n.º de utentes nas respostas sociais Creche e Centro de Convívio.

6.4 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviçoss

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:
- Prestação de serviços- são reconhecidos na Demonstração dos Resultados à medida que vão sendo prestados os serviços.

7 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

7.1 - Outras divulgações

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.
Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como:
i) Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o deu controlo; ou
ii) Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.
Ativos contingentes
Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

2025
Os Subsídios à Exploração totalizam o montante de 30.087,99, que se desdobram em:

- Acordo de Cooperação Creche - Alargamento 11horas = 11.464,71€
- Município de Barcelos = 160,00€
- IEFP = 10.467,48€
- Junta de Freguesia de Pereira = 1.515,00€

O valor recebido por parte da Segurança Social é relativo ao Complemento de Funcionamento Alargado de mais de 11 horas cujo valor mensal foi de 966,68€.
2024
Os Subsídios à Exploração referem-se a:

- IEFP = 8.944,29€ - relativos a medidas de apoio à contratação

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.250,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	11.464,71	0,00	0,00	12.142,48	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	11.464,71	0,00	0,00	12.142,48	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**-11.464,71**	**0,00**	**1.250,00**	**-12.142,48**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para ativos fixos tangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para ativos intangíveis	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Para outras naturezas de ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios à exploração	0,00	17.269,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor dos reembolsos efetuados no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De subsídios à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**17.269,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

8.2 - Principais doadores / fontes de fundos

Os principais mecenas da ASP - Associação Social de Pereira são de natureza privada (empresas e particulares).

- No ano de 2025 o montante de Doações foi de 6.480,80€
- No ano de 2024 o montante de Doações foi de 8.325,50€

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

É política da Entidade reconhecer um ativo, um passivo financeiro, ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.
A Entidade mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumento financeiro que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante avida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma clausula contratual que possa resultar, para o detentor em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimo, em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou au custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas.
Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a entidade não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.
Enquanto a entidade, for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.
De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

9.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

No ano de 2025 foi resgatado o montante de 859,05€ do Fundo de Compensação de Trabalho para Formação aos colaboradores

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

Identificação	Cotação Mercado	Justo Valor	J. V. em Resultados	J. V. em C. P.	Volume
Fundo de Compensação	0,0000	0,00	0,00	0,00	0,00

9.3 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	**76.480,96**	**0,00**	**118.024,52**	**194.505,48**
Outras variações nos capitais próprios	**0,00**	**0,00**	**8.437,50**	**8.437,50**
Subsídios	0,00	0,00	8.437,50	8.437,50
Total	**76.480,96**	**0,00**	**126.462,02**	**202.942,98**

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	**10.078,99**	**0,00**	**66.401,97**	**76.480,96**
Total	**10.078,99**	**0,00**	**66.401,97**	**76.480,96**

A rubrica Fundos Patrimoniais registou variações no período decorrentes, essencialmente, da aplicação do resultado líquido do exercício anterior, no montante de 118.024,52 €, o qual foi transferido da rubrica Resultado Líquido do Período para Resultados

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Transitados, conforme deliberação dos órgãos competentes.
No exercício de 2025, foi ainda reconhecido um subsídio ao investimento atribuído pelo Município de Barcelos, no montante de 10.000,00 €, destinado à aquisição de uma viatura para transporte de utentes. Este apoio foi registado de acordo com o tratamento contabilístico aplicável aos subsídios ao investimento, sendo reconhecido inicialmente em capitais próprios e posteriormente imputado a resultados de forma sistemática.
Durante o período foi reconhecido em rendimentos o montante de 1.562,50€, correspondente à imputação proporcional dos subsídios ao investimento e donativos associados a ativos depreciáveis, em função das depreciações registadas no exercício relativamente aos bens financiados por esses apoios.
O reconhecimento, mensuração e apresentação destes montantes foram efetuados em conformidade com a NCRF-ESNL, nomeadamente com o disposto na Secção 27 – Subsídios e outros apoios, respeitando os princípios da especialização dos exercícios, consistência e fiabilidade da informação financeira.

9.4.1 - Dívidas a fornecedores

Identificação de fornecedores (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Fornecedores de conta corrente	12.263,88	4.226,89
Total	12.263,88	4.226,89

9.4.2 - Outros Passivos Correntes

A rubrica Outros passivos correntes desdobra-se da seguinte forma:

Outras dividas a pagar (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Clientes (saldo credor)	2.621,40	0,00
Credores acréscimos gastos - Remunerações a Liquidar	31.318,00	17.821,52
Credores acréscimos gastos - FSE´s	8,40	13,50
Fornecedores de Investimentos	0,00	490,00
Total	33.947,80	18.325,02

A rubrica "Credores por acréscimo de gastos" inclui essencialmente o acréscimo de gastos com férias e respetivo subsídio de férias a pagar no período seguinte, reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.
O aumento verificado face ao período anterior resulta, principalmente, do aumento do número de colaboradores e da atualização das respetivas remunerações.

9.4.3 - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Imparidade de ativos financeiros:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	631,00	0,00	631,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos de capital próprio e outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**631,00**	**0,00**	**631,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

9.4.4 - Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Dívidas de cobrança duvidosa - discriminação:

Descrição	Valor Período
Relativos a processos de insolvência e recuperação	**0,00**
Reclamadas judicialmente	**0,00**
Em mora:	**631,00**
Há mais de seis meses e até doze meses	0,00
Há mais de doze meses e até dezoito meses	0,00
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	631,00
Há mais de vinte e quatro meses	0,00
Total	**631,00**

9.5 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	39.344,11	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	2.678,50	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	36.665,61	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	46.211,68	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	12.263,88	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	33.947,80	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	-631,00	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	-631,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	1.011,11	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	1.011,11	0,00	0,00

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0,00	0,00	18.722,41	0,00	0,00
Clientes e utentes	0,00	0,00	4.704,50	0,00	0,00
Outros créditos a receber	0,00	0,00	14.017,91	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	22.551,91	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	4.226,89	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	0,00	0,00	18.325,02	0,00	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	0,00	0,00	1.031,36	0,00	0,00
De ativos financeiros	0,00	0,00	1.149,38	0,00	0,00
De passivos financeiros	0,00	0,00	-118,02	0,00	0,00

9.6 - Outras divulgações

Acréscimos e diferimentos (com comparativo):

Nome / Descrição	Valor Período	Valor Período Anterior
Diferimentos - Ativo	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	1.445,37	901,58
Total	1.445,37	901,58
Diferimentos - Passivo	0,00	0,00
Subsídios IEFP	0,00	4.210,54
Total	0,00	4.210,54

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	**10,00**	**17.575,00**	**8,00**	**14.060,00**
Pessoas remuneradas	10,00	17.575,00	8,00	14.060,00
Pessoas não remuneradas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	**10,00**	**17.575,00**	**8,00**	**14.060,00**
Pessoas a tempo completo	10,00	17.575,00	8,00	14.060,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas em tempo parcial	0,00	0,00	0,00	0,00
(das quais pessoas remuneradas)	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	**10,00**	**17.575,00**	**8,00**	**14.060,00**
Masculino	0,00	0,00	0,00	0,00
Feminino	10,00	17.575,00	8,00	14.060,00

10.2 - Compromissos existentes em matéria de pensões

A Entidade não assume quaisquer responsabilidades por benefícios de subsídios de desemprego ou de reforma.

10.3 - Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os elementos da Direção não são remunerados.

10.4 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	218.073,60	134.303,07
Remunerações do pessoal	**176.988,87**	**110.130,60**
Encargos sobre as remunerações	**35.052,12**	**21.947,00**
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	**1.574,35**	**1.275,23**
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	**4.458,26**	**950,24**
- Formação	457,50	40,00
- fardamento	3.206,77	546,78

10.5 - Outras divulgações

Os corpos sociais tem a seguinte composição (com mandato para o quadriénio 2024-2027:

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Mesa da Assembleia Geral:
Presidente - António da Silva Ferreira
Vice-Presidente - Marlene Emília Fernandes Vieira Martins
Secretário - Joaquim Guimarães Fernandes

Conselho Fiscal:
Presidente - Vítor António faria da Costa Ferreira
Vogal - Elisabete Carolina Longras Vilas Boas
Vogal - Hélder Filipe Figueiredo Ferreira Faria
Suplente - Isabel Catarina Silva Costa
Suplente - José Manuel Faria Igreja
Suplente - Sara Marilisa da Silva Miranda

Direção:
Presidente - Rute Marilisa Campos de Sousa
Vice-Presidente - José Carlos Esteves da Costa
Secretária - Ana Catarina Faria Campinho
Tesoureiro - Fernando Jorge Macedo Coelho
Vogal - José Fernandes de Sousa
Suplente - Lúcia Maria Medeiros de Sá
Suplente - António Campinho Ribeiro
Suplente - Carlos Manuel Pereira da Costa
Suplente - Manuela Maria Pereira Lomba
Suplente - Manuel Fernandes de Sousa

11 - Acontecimentos após a data do balanço

11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Espera-se um cenário económico para 2026 semelhante ao vivido em 2025, com a maioria dos indicadores económicos a crescer de forma muito moderada. No médio longo prazo é expetável que as políticas monetárias mais restritivas vão sendo aliviadas à medida que a inflação vai sendo controlada. Relativamente ao indicador que mais problemas continua a causar, a inflação, é esperado que esta continue a abrandar.
A Direção continuará a tomar as medidas que se mostrarem adequadas às circunstâncias, em consonância com a situação mundial, expectando que a atividade da instituição não seja significativamente afetada, dependendo igualmente de apoios por parte do Governo para que não se reflita na ASP - Associação Social de Pereira
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção em 26-03-2026

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

12.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88101	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	381.380,50	381.380,50
Fornecimentos e serviços externos	109.981,41	109.981,41
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	10,00	10,00
Gastos com o pessoal	218.073,60	218.073,60
Remunerações	176.988,87	176.988,87
Outros gastos	41.084,73	41.084,73
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	77.360,15	77.360,15
Total das aquisições	40.299,36	40.299,36
(das quais edifícios e outras construções)	22.300,00	22.300,00
Propriedades de investimento		

Informação por CAE - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	88101	
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	301.964,58	301.964,58
Fornecimentos e serviços externos	59.482,98	59.482,98
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	134.303,07	134.303,07
Remunerações	110.130,60	110.130,60
Outros gastos	24.172,47	24.172,47
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	51.113,88	51.113,88
Total das aquisições	48.576,78	48.576,78
(das quais edifícios e outras construções)	7.618,80	7.618,80
Propriedades de investimento		

12.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	381.380,50	0,00	0,00	381.380,50
Fornecimentos e serviços externos	109.981,41	0,00	0,00	109.981,41
Aquisições de ativos fixos tangíveis	40.299,36	0,00	0,00	40.299,36

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Informação por mercado - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Prestações de serviços	301.964,58	0,00	0,00	301.964,58
Fornecimentos e serviços externos	59.482,98	0,00	0,00	59.482,98
Aquisições de ativos fixos tangíveis	48.576,78	0,00	0,00	48.576,78

12.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora
A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora
A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

13 - Impostos e contribuições

13.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	**71.176,78**	**118.024,52**
Imposto corrente	0,00	0,00
Imposto diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	**0,00**	**0,00**
Tributações autónomas	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	**0,00**	**0,00**

13.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	708,00	0,00	260,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	5.400,07	0,00	985,98	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	4.986,17	0,00	2.662,26
Total	5.400,07	5.694,17	985,98	2.922,26

O débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 5.400,07 é relativo ao valor da restituição de IVA. No que se refere ao crédito desta rubrica no montante de 5.694,17 dizem respeito aos Encargos com pessoal.
À data do balanço não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

14 - Fluxos de caixa

14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Os valores da rubrica de Caixa e seus equivalente a 31 de dezembro de 2025 e a 31 de dezembro de 2024 detalha-se conforme se segue:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1.797,40	17.951,50	19.737,75	11,15
Depósitos à ordem	19.901,21	613.483,89	631.317,05	2.068,05
Outros depósitos bancários	130.000,00	280.000,00	180.000,00	230.000,00
Total	**151.698,61**	**911.435,39**	**831.054,80**	**232.079,20**

Caixa e equivalentes - desagregação - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.171,74	13.819,00	14.193,34	1.797,40
Depósitos à ordem	11.829,10	681.122,27	673.050,16	19.901,21
Outros depósitos bancários	80.000,00	350.000,00	300.000,00	130.000,00
Total	**94.000,84**	**1.044.941,27**	**987.243,50**	**151.698,61**

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

DESCRIÇÃO		Notas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1		10.078,99	66.401,97	76.480,96	76.480,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		3				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			66.401,97	-66.401,97		
	2		66.401,97	-66.401,97		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			118.024,52	118.024,52	118.024,52
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			118.024,52	118.024,52	118.024,52
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
	5					
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5		76.480,96	118.024,52	194.505,48	194.505,48

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

ASP - Associação Social de Pereira

DESCRIÇÃO		Notas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6		76.480,96		118.024,52	194.505,48	194.505,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		3					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			118.024,52	8.437,50	-118.024,52	8.437,50	8.437,50
	7		**118.024,52**	**8.437,50**	**-118.024,52**	**8.437,50**	**8.437,50**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				**71.176,78**	**71.176,78**	**71.176,78**
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				**79.614,28**	**79.614,28**	**79.614,28**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
	10						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10		194.505,48	8.437,50	71.176,78	274.119,76	274.119,76

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

ASP - Associação Social de Pereira

RUBRICAS	Notas	PERÍODO 2025	PERÍODO 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		402.701,61	47.358,10
Pagamentos a fornecedores		101.624,55	67.230,90
Pagamentos ao pessoal	10	165.469,51	108.884,34
Caixa gerada pelas operações		*135.607,55*	*-128.757,14*
Outros recebimentos/pagamentos		-6.285,08	245.479,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**129.322,47**	**116.722,10**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	*4*	*60.850,91*	*49.761,61*
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		*897,92*	
Subsídios ao investimento		*10.000,00*	
Juros e rendimentos similares		*1.011,11*	*1.149,38*
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**-48.941,88**	**-48.612,23**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	*5*		*10.294,08*
Juros e gastos similares	*5*		*118,02*
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			**-10.412,10**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		80.380,59	57.697,77
Caixa e seus equivalentes no início do período		151.698,61	94.000,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		232.079,20	151.698,61

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Balanço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2025
(montantes em EURO)

ASP - Associação Social de Pereira

RUBRICAS	Notas	DATAS 2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	77.360,15	51.113,88
Outros créditos e ativos não correntes	9		897,92
		77.360,15	**52.011,80**
Ativo corrente			
Créditos a receber	9	40.203,16	18.722,41
Estado e outros entes públicos	13	5.400,07	985,98
Diferimentos	9	4.239,65	3.327,55
Caixa e depósitos bancários	14	232.079,20	151.698,61
		281.922,08	**174.734,55**
Total do ativo		359.282,23	226.746,35
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	12		
Resultados transitados	9	194.505,48	76.480,96
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8;9	8.437,50	
Resultado líquido do período		71.176,78	118.024,52
Total dos fundos patrimoniais		274.119,76	194.505,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	12.263,88	4.226,89
Estado e outros entes públicos	13	5.694,17	2.922,26
Diferimentos	9	33.256,62	6.766,70
Outros passivos correntes	9;10	33.947,80	18.325,02
		85.162,47	**32.240,87**
Total do passivo		85.162,47	32.240,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		359.282,23	226.746,35

Direção

Contabilista Certificado Nº 71156

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do(a) ASP Associação Social de Pereira, IPSS ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2025 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição: https://asp-pereira.pt/ em 31/05/2026 (data).

2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2025 a entidade (selecionar a opção aplicável):

   ☐ Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☐ Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
   ☒ Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
   ☐ A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Ruth Marilise Campos de Jesus

(A direção)

José Carlos Esteves da Costa

Ana Catarina Faria Campinho

2025

Relatório e Contas

Associação Social de Pereira

ASP

Associação Social de Pereira

ASP
Associação Social de Pereira

RELATÓRIO DE GESTÃO

ASP - Associação Social de Pereira

ANO: 2025

1 - Introdução

A ASP - Associação Social de Pereira, é uma associação sem fins lucrativos de cariz social, cultural e recreativo, criada a 12 de Dezembro 2019, com sede social em Rua da Igreja, n.º 418 4755-410 Barcelos, obteve o estatuto de IPSS sobre o registo nº08/20, considerado desde 21/01/2020). Surge perante a inexistência de respostas sociais que satisfaçam as necessidades da população de Pereira, e freguesias circundantes, no que diz respeito à primeira infância e à terceira idade. É uma associação que visa dar apoio à comunidade, independentemente, da idade, género, cultura ou religião. Assenta no princípio da pessoa como um ser único e individual que é, desde o nascimento à vida adulta. A associação para a realização dos seus objetivos propões-se criar e manter as seguintes atividades:

1. CATL (Atividades de Tempos Livres)
2. Apoio à Terceira IDade (Centro de Dia, Centro de Convívio, Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI));
3. Apoio à Deficiência e/ou Invalidez (Centro de Atividades Ocupcionais);
4. Atividades de Lazer, Cultura e Depsoro (Música, Folclore, etc);
5. CAT (centrode Acolhimento Temporário e Crianças e Jovens em Risco);
6. Apartamentos de Autonomização para Jovens;
7. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
8. Outras Atividade de Cariz Social de Interesse para a Comunidade.

O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2025.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da ASP - Associação Social de Pereira, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

1.1 - Composição dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais, não remunerados, da ASP- Associal Social de Perira são compostos pela Assembleia Geral, pelo Conselho Fiscal e pela Direção.

Composição dos Órgãos:

Mesa da Assembleia Geral:

- António da Silva Ferreira – Presidente
- Marlene Emília Fernandes Vieira Martins – Vice- Presidente
- Joaquim Guimarães Fernandes – Secretário

Conselho Fiscal:

- Vitor António Faria da Costa Ferreira - Presidente
- Elisabete Carolina Longras Vilas Boas – Vogal
- Hélder Filipe Figueiredo Ferreira Faria – Vogal

Direção:

- Rute Marilisa Campos de Sousa - Presidente
- José Carlos Esteves da Costa – Vice-Presidente

Direção

- Ana Catarina Faria Campinho – Secretária
- Fernando Jorge Macedo Coelho – Tesoureiro

1.2 - Missão, visão e valores

Missão: Propõe-se contribuir para a promoção integral de toda a comunidade, cooperando com os serviços públicos competentes ou com as Instituições Particulares num espírito de solidariedade humana e social. Tem como missão o apoio social à comunidade, em todas as fases da sua vida, desde a infância à terceira idade. Cada pessoa é a principal razão de existência da Instituição e tudo é feito a pensar na sua satisfação, através da oferta de um conjunto de serviços sociais, culturais e recreativos.
Visão: Pretende ser uma instituição de referência ao nível do apoio social pela qualidade da sua intervenção, pela promoção do bem-estar de todas as comunidades na proximidade, ao longo da vida de cada ser humano.
Valores:

- Promoção da solidariedade e da inclusão social;
- Respeito pelo princípio da dignidade humana (individualidade, igualdade, integridade e direitos);
- Defesa do princípio da confidencialidade;
- Respeitabilidade pela cultura e valores de cada um dos seus associados e clientes;
- Promoção da confiança dos seus associados e clientes como parceiros privilegiados para a concretização dos seus objetivos

1.4 - Respostas Sociais/Serviços Desenvolvidos

A ASP - ASP - Associação Social de Pereira tem de utilização para o desenvolvimento das seguintes respostas sociais: Creche e Centro de Convívio.

2 - Enquadramento Económico

Do ponto de vista económico, o ano de 2025 foi um período de crescimento estável, mas contido, após uma fase de choques inflacionistas e de reconfiguração do comércio.

A conjuntura internacional foi profundamente influenciada pelo primeiro ano de governação de Donald Trump, que introduziu novos focos de incerteza económica e comercial. As orientações iniciais da nova administração norte americana contribuíram para um ambiente internacional mais volátil e disruptivo, reforçando a perceção de que o mundo atravessa uma transição para uma nova ordem global.

A publicação World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), de janeiro de 2026, descreve uma economia global surpreendentemente resiliente, apesar de enfrentar forças divergentes. Entre estas, mantiveram-se fatores de instabilidade externos, como a continuação da guerra na Ucrânia, sem sinais claros de resolução, e a intensificação das tensões no Médio Oriente, em particular envolvendo Gaza, Israel e Irão. Estes desenvolvimentos contribuíram para riscos ascendentes ao nível energético, comercial e financeiro.

No plano dos preços, a desinflação avançou e, em várias economias desenvolvidas, os bancos centrais puderam abrandar o ciclo restritivo. Ainda assim, o FMI nota que a inflação pode revelar-se mais persistente em alguns países e que a subida anterior de tarifas e a incerteza de políticas continuam a moldar o quadro macroeconómico. O impulso de investimento ligado à Inteligência Artificial (IA) deverá ser também um fator novo a monitorizar, com potenciais ganhos de produtividade, mas também risco de correção de mercado.

Direção

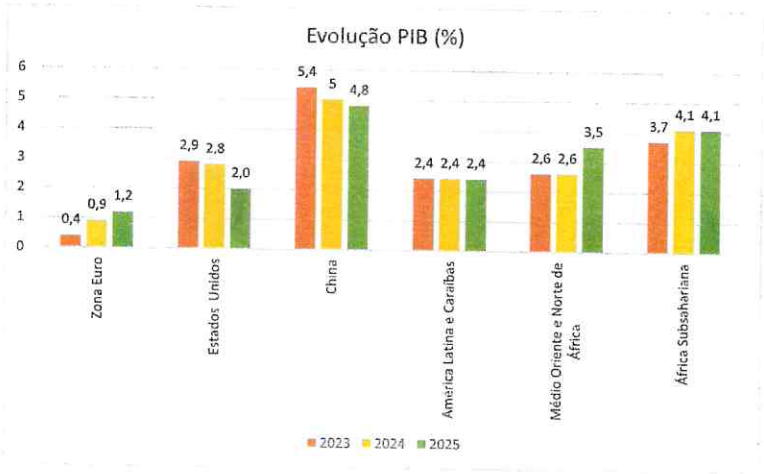
Relativamente ao mercado de trabalho, a International Labour Organization (ILO) estimou, para 2025, uma taxa de desemprego global de 4,9%, sem alteração relativamente a 2024, mas identificou uma estagnação na qualidade do emprego e uma recuperação incompleta dos salários reais face ao choque inflacionista, bem como, desigualdades persistentes, sobretudo para jovens e mulheres.

2.1 - A Nível Internacional e Europeu

Mundo

Tanto o FMI como o World Bank convergiram no reconhecimento de um cenário de crescimento moderado e de maior incerteza política, considerando que, em 2025, como reação ao choque tarifário, o mundo acelerou as suas cadeias de abastecimento.

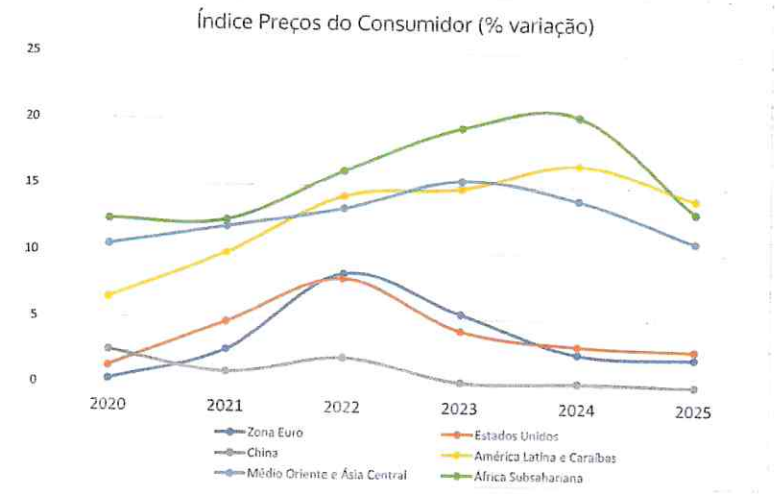
Abaixo apresentam-se os dados de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) desagregados pelas principais regiões do mundo.



Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

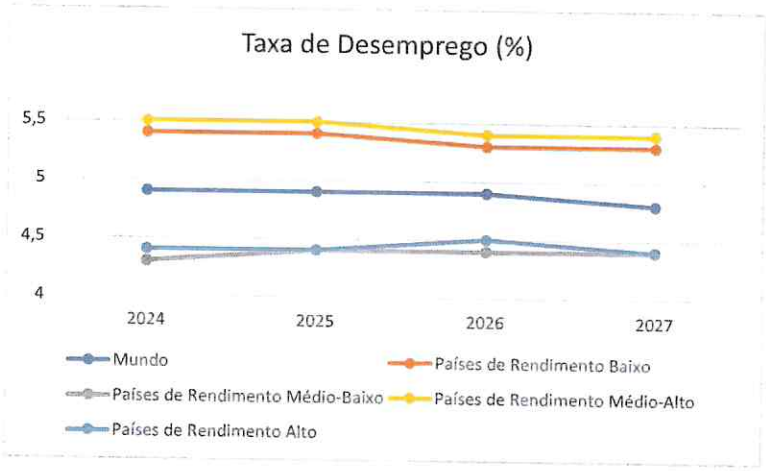
A inflação global continuou a descer no agregado das economias avançadas. Não obstante, o FMI alertou para os riscos associados a choques de oferta, aos preços da energia e a possíveis pressões políticas sobre a independência dos bancos centrais.

Direção



Fonte: Dados estimados FMI a outubro 2025

Relativamente aos salários, o novo relatório da ILO de 2026 indica que, apesar do desemprego se manter estável, a qualidade dos empregos não recuperou e os ganhos salariais reais ainda não compensaram totalmente as perdas de poder de compra anteriores. O desemprego jovem agravou-se em 2025 para 12,4% à escala global.

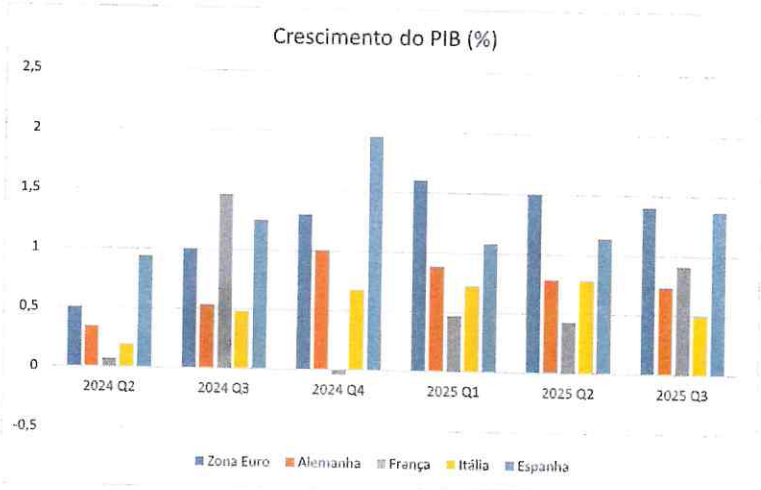


Fonte: Dados estimados ILO em janeiro de 2026

Europa

Em 2025, a Zona Euro continuou a mostrar recuperação moderada, sustentada por um abrandamento da inflação e por alguma melhoria da procura interna, ainda que com assimetrias entre países. As projeções da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) apontam para um crescimento do PIB da Zona Euro de 1,3% em 2025, suportado por consumo privado em recuperação e pelo acesso ao crédito gradualmente mais favorável.

Direção



Fonte: Dados do Banco Central europeu de dezembro de 2025

A inflação, na Zona Euro deverá continuar a convergir para os 2% durante a segunda metade do ano, em linha com a tendência já apresentada durante o ano.

A OCDE antecipa a continuidade do processo de desinflação, nas economias avançadas, com a maioria dos países a aproximar se das metas definidas pelos respetivos bancos centrais. A normalização dos preços dos bens e da energia, juntamente com a moderação dos custos do trabalho, sustenta esta convergência para a meta de 2% em 2025.

Este organismo realça ainda que, a eliminação gradual de medidas orçamentais extraordinárias e o recuo das políticas restritivas podem trazer algum alívio das condições financeiras, apoiando a procura interna na Zona Euro.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego da Zona Euro manteve-se historicamente baixa em 2025. O Eurostat reportou uma taxa de desemprego de 6,3%, com o desemprego jovem a recuar ligeiramente para os 14,6%, evidenciando uma estabilização do mercado juvenil.

Desagregando o indicador do desemprego por género, em novembro de 2025, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,2% na UE e a taxa de desemprego dos homens foi de 5,8%. Na Zona Euro, a taxa de desemprego das mulheres foi de 6,5%, e a taxa de desemprego dos homens situou-se em 6,1%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

A OCDE prevê que a economia chinesa cresça 4,7% em 2025, com consumo ainda condicionado por poupanças elevadas e pela correção no setor imobiliário.

O investimento imobiliário continuará a cair, enquanto as exportações serão afetadas por novas tarifas dos EUA. A inflação permanecerá muito baixa, e a política fiscal será expansionista, impulsionada por um grande estímulo e por um programa de retoma para empresas.

EUA

A Comissão Europeia e Banco Central Europeu (BCE) estimaram para os EUA uma taxa de desemprego de cerca de 4,2 % para 2025.

A OCDE alertou, durante 2025, que os EUA enfrentarão défices orçamentais elevados durante vários anos, com uma dívida pública crescente, requerendo um ajuste fiscal significativo. Este organismo, projetou que o PIB dos EUA atinja um crescimento de 2%.

Segundo a informação publicada pelo U. S. Department of Labor, em janeiro de 2026, a inflação anual atingiu em dezembro de 2025 os 2,7%, impulsionada pelos custos mais elevados das importações devido às tarifas.

2.2 - A Nível Nacional

O Banco de Portugal projeta para 2025 um crescimento do PIB de 2,0%, acelerando depois em 2026 com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da melhoria das condições financeiras.

O consumo das famílias continua a beneficiar da desaceleração da inflação, de ganhos no rendimento disponível e da descida gradual das taxas de juro. A OCDE e a Comissão Europeia (CE) antecipam que esta normalização sustente 2025. O consumo público mantém um contributo positivo, também alavancado por fundos europeus e execução de investimento público.

Em 2025, algumas empresas portuguesas beneficiaram de condições de financiamento mais favoráveis e do impulso proporcionado pela execução do PRR, relativamente a anos anteriores.

O PRR tem impulsionado a economia portuguesa ao dinamizar o investimento privado, através de instrumentos de capitalização e apoio à inovação, reforçando o tecido produtivo nacional. Estes mecanismos têm tido impacto direto na produtividade e na estrutura empresarial, contribuindo para melhores resultados macroeconómicos. Simultaneamente, o PRR tem aumentado o investimento público, apoiando a recuperação económica pós pandemia, sobretudo entre 2022 e 2024.

Segundo a OCDE, as exportações portuguesas mantêm bons níveis de desempenho. Existe, no entanto, um elevado grau de incerteza em relação ao futuro face à crescente instabilidade do contexto internacional e à forte exposição de alguns setores ao mercado dos EUA. No entanto, quando analisamos o seu impacto no PIB, o cenário não é tão positivo, uma vez que o peso das exportações de 46,5%, em 2024, diminuiu para 44,4%, no primeiro semestre de 2025.

Adicionalmente, segundo a análise da Associação Empresarial de Portugal (AEP), o crescimento registado nos primeiros nove meses do ano foi influenciado fortemente pela antecipação de encomendas de clientes europeus, motivada por uma expectativa de condições internacionais adversas.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), na divulgação de 10 de dezembro de 2025, referente a outubro de 2025, as importações de bens diminuíram 3,0% em termos homólogos.

De acordo com o Banco de Portugal, registou-se um crescimento do emprego de 1,9% na primeira metade de 2025. O maior crescimento da atividade económica e do emprego foi registado no sector dos serviços, uma área da económica aparentemente menos volátil.

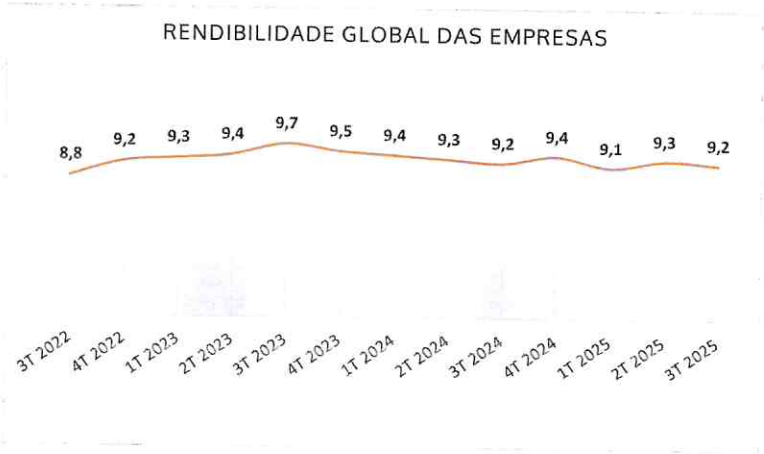
Outro setor de revelante na economia portuguesa é o da habitação. Este mercado não aparenta estar a ser penalizado pelo atual contexto de incerteza. A procura alta e a diminuição das taxas de juro, traduziram-se num crescimento de 17%, na primeira metade de 2025, face ao período homólogo, com o número de transações de imóveis a subir 20%.

Esta subida acentuada dos preços segue uma tendência que já se vinha a registar há alguns anos, mas que foi acelerada por medidas adotadas pelo Governo, em anos anteriores, de apoio à compra através de isenções de pagamentos de impostos e garantias bancárias.

Direção

A procura interna continua a sustentar o crescimento do PIB. O aumento dos salários e o suplemento extraordinário de pensões pago em setembro, bem como, as reduções das taxas de IRS, conduziram a um aumento do rendimento disponível, que terá sido um fator importante no nível de consumo interno.

A rendibilidade das empresas manteve-se estável ao longo de 2025, encontrando-se no terceiro trimestre de 2025 nos 9,2%, um valor em linha com o período homólogo de 2024.



Fonte: Dados do Banco de Portugal de janeiro de 2026

O Governo estima, na sua previsão oficial, uma dívida pública para 2025 de 90,2% do PIB, um valor menor face aos 93,6% atingidos em 2024, segundo os dados do INE.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

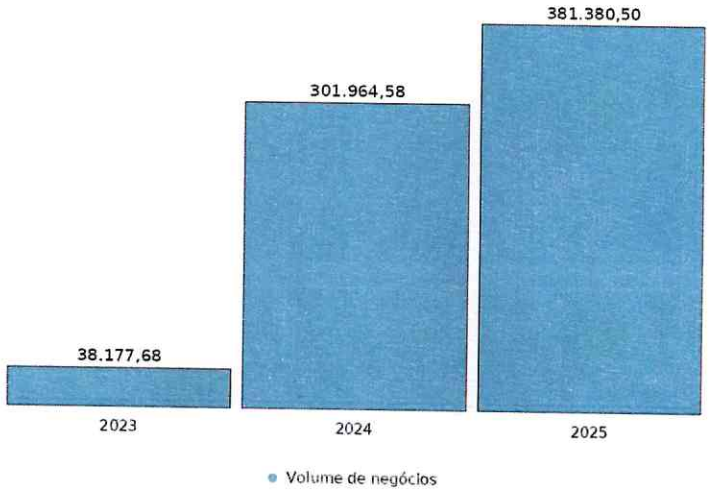
3.1 Análise da Posição Financeira

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa.

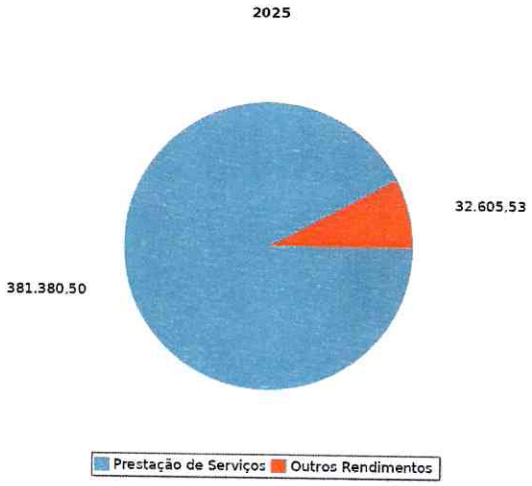
De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 381.380,50 €, representando uma variação de 26,30% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos é apresentada no gráfico seguinte:

Direção

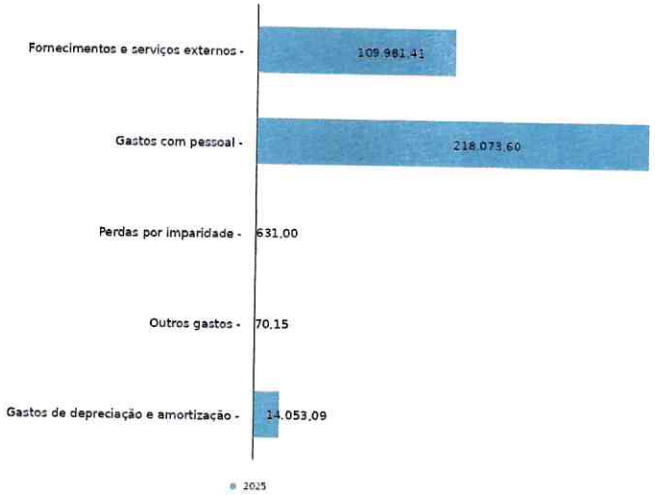


A estrutura dos rendimentos encontra-se distribuída do seguinte modo:

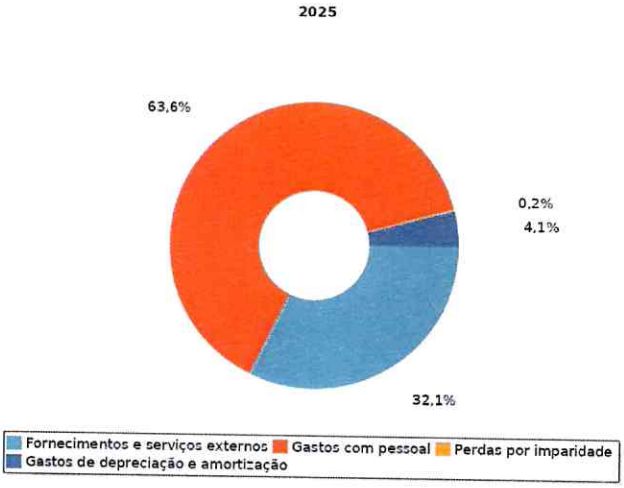


Relativamente aos custos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:

Direção



Abaixo representa-se o peso relativo de cada uma das naturezas de gastos incorridos no total dos custos da entidade:



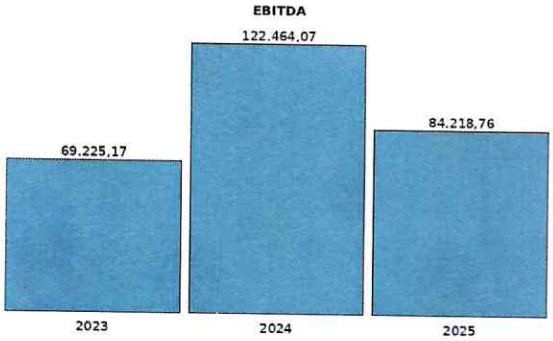
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

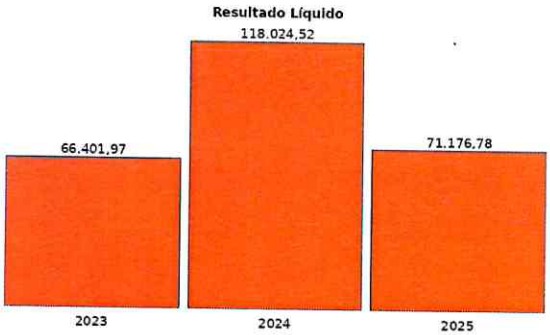
Itens	PERÍODO 2023	2024	2025
Gastos com Pessoal	114.095,94	134.303,07	218.073,60
Nº Médio de Pessoas	8,00	8,00	10,00
Gasto Médio por Pessoa	14.261,99	16.787,88	21.807,36

Or órgãos sociais não são remunerados.

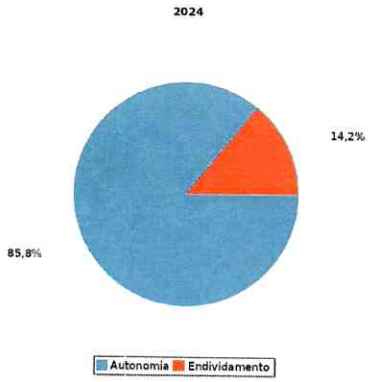
Direção

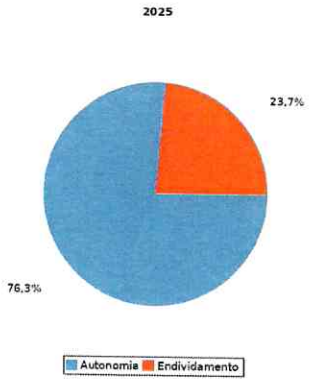
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.





Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Direção

Itens	PERÍODO 2023	2024	2025
Ativo não corrente	12.029,86	52.011,80	77.360,15
Percentagem ativo não corrente	*10,54%*	*22,94%*	*21,53%*
Ativo corrente	102.072,07	174.734,55	281.922,08
Percentagem ativo corrente	*89,46%*	*77,06%*	*78,47%*
Total ativo	**114.101,93**	**226.746,35**	**359.282,23**
Capital Próprio	76.480,96	194.505,48	274.119,76
Percentagem Capital Próprio	*67,03%*	*85,78%*	*76,30%*
Passivo não corrente	6.764,64		
Percentagem passivo não corrente	*5,93%*		
Passivo corrente	30.856,33	32.240,87	85.162,47
Percentagem passivo corrente	*27,04%*	*14,22%*	*23,70%*
Total Capital Próprio e Passivo	**114.101,93**	**226.746,35**	**359.282,23**

3.2 - Respostas Sociais

Atualmente a ASP - Associação Social de Pereira desenvolve as seguintes respostas sociais:

Creche
Estabelecimento que visa o acolhimento de crianças até aos três anos de idade, durante a parte do dia em que os pais ou as pessoas que tenham a sua guarda não podem estar com elas.
Objetivos:

- Proporcionar às crianças um clima de segurança física e emocional que contribua para o seu bem-estar e desenvolvimento;
- Partilhar com a família os cuidados e a responsabilidade do desenvolvimento das crianças;
- Fazer o despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, garantindo um encaminhamento adequado para cada caso;
- Prevenir e compensar falhas sociais e culturais do meio familiar.

Destinatários:
Crianças até aos 3 anos de idade que apresentem necessidade desta resposta social.
Serviços prestados:

- Acompanhamento pedagógico;
- Atividades lúdico pedagógicas;
- Atividades de recreio;
- Serviço de alimentação.

Esta resposta social é compartcipada pela Segurança Social, Tem capacidade para 70 utentes, acordo de cooperação para 59 utentes, o valor do acordo para o ano de 2025 foi de 515,90€. O custo médio de utente foi de 475,91€.

Centro de Convívio
É uma resposta social que presta serviços e desenvolve atividades junto da população reformada e pensionista.
Objetivos:

- Prevenir a solidão e o isolamento social;
- Promover a participação ativa dos clientes e potenciar a sua inclusão social;
- Promover o bem-estar social dos utentes, numa convivência sã e num ambiente saudável;
- Fomentar as relações interpessoais entre clientes;

Direção

- Proporcionar momentos de lazer por forma à manutenção do bem-estar biopsicossocial;
- Estimular o utente a sentir-se útil na vida social e cultural da comunidade;
- Prevenir situações de dependência e promover a autonomia;
- Adaptar os serviços prestados às singularidades de cada cliente.

Destinatários:
Pessoas que apresentem necessidade de frequentar este tipo de serviço, residentes na freguesia e freguesias limítrofes. Serviços prestados:

- Alimentação (lanche)o Transporte;
- Acompanhamento a consultas;
- Disponibilização de informação facilitadora do acesso a serviços da comunidade, adequados à satisfação de outras necessidades;
- Apoio psicossocial;
- Atividades de animação sociocultural, recreativa e ocupacional.

Esta resposta social não tem acordo de cooperação com a Segurança Social, não recebendo qualquer aopio para o seu desenvolvimento.

2025						
Resposta Social	Capacidade	Acordo	N.º Médio Utentes	Comparticipação SSocial	Total Mensal	Custo médio/Utente
Creche	70	59	50	515,90 €	25 654,30 €	475,91 €
Centro de Convívio		0	31	- €	- €	154,76 €

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A ASP - Associação Social de Pereira no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de 71.176,78€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 2025
Resultados Transitados	71.176,78
Total	**71.176,78**

5 - Expetativas Futuras

5.1 - Cenário macroeconómico

Mundo

Direção

O FMI projeta que o crescimento mundial se mantenha estável nos 3,3% em 2026 e nos 3,2% em 2027, alinhado com o ritmo estimado para 2025, salientando que o impacto das novas tarifas comerciais foi, até agora, menos severo do que se receava, mas que os riscos existentes parecem indicar um novo decréscimo.

O World Bank sublinhou, na sua publicação de janeiro de 2026, que a economia global mostrou em 2025 uma resiliência, apoiada em adiantamento de trocas comerciais, ajustamentos de cadeias de valor e condições financeiras mais fáceis; esperando, porém, uma moderação do ritmo à medida que esses apoios se esbatem.

Este organismo, estimou que a inflação global deverá continuar a descer gradualmente, passando de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026, e que estabilizará nos 3,4% em 2027, com trajetórias diferentes entre países. Nos Estados Unidos, o retorno à meta dos 2% deverá ser mais lento do que noutras grandes economias, enquanto na área do euro a inflação deverá manter-se próxima desse valor já durante 2026.

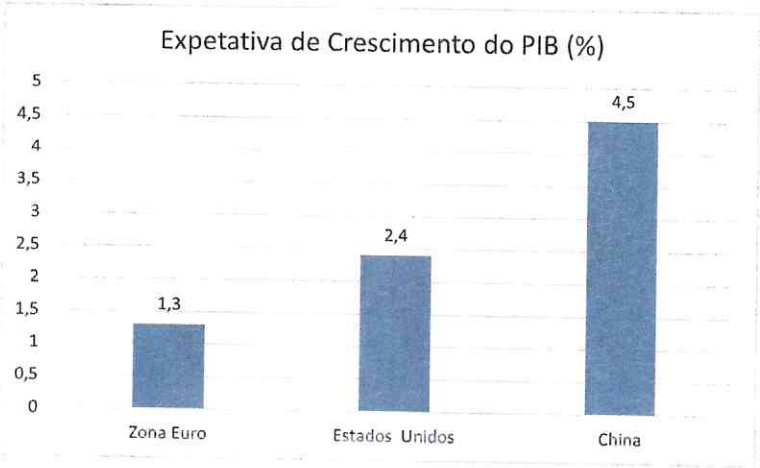
Apesar da evolução favorável da inflação, o FMI nota que os riscos para a economia global continuam elevados. Uma eventual reavaliação em baixa do potencial transformador da IA poderia levar a uma correção abrupta nos mercados financeiros, especialmente entre empresas tecnológicas com avaliações muito elevadas.

Em 2025, esses riscos refletiram se diretamente no comportamento dos investidores, que adotaram uma postura ambivalente: por um lado, revelaram um forte apetite por risco associado ao ciclo tecnológico — ilustrado pelo facto de a Nvidia se ter tornado a primeira empresa a atingir uma capitalização bolsista de 5 biliões de dólares, impulsionada pela rápida adoção da IA generativa; por outro, reforçaram posições em ativos de mitigação de risco, como se verificou nos máximos históricos do ouro.

As tensões comerciais persistem como ameaça, uma vez que medidas tarifárias adicionais ou contenções ao comércio de setores estratégicos - como semicondutores e minerais críticos - podem reacender incertezas e perturbar cadeias de abastecimento. A isto somam-se riscos geopolíticos, particularmente no Médio Oriente, Ucrânia, Ásia e América Latina, que podem afetar fluxos comerciais, preços de energia e estabilidade financeira.

As projeções regionais mostram um panorama desigual. Nas economias avançadas, o crescimento deverá ser moderado: os Estados Unidos deverão expandir-se 2,4% em 2026, apoiados por política fiscal e monetária menos restritivas, enquanto a área do euro deverá crescer 1,3% em 2026, com 2027 a mostrar apenas ligeira aceleração. A China deverá crescer 4,5% em 2026, beneficiando do acordo comercial temporário com os EUA e de medidas de estímulo, mas enfrentará desaceleração posterior devido a desafios estruturais. A Índia continuará a destacar-se como uma das economias mais dinâmicas, com crescimento acima dos 6%. África Subsariana e a região do Médio Oriente e Ásia Central deverão também acelerar, sustentadas por reformas internas, recuperação da procura e aumento da produção petrolífera.

Direção



Fonte: Dados do FMI publicados em janeiro de 2026

O comércio mundial deverá abrandar significativamente, passando de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar ligeiramente em 2027. Este abrandamento decorre do ajustamento às recentes alterações nas políticas comerciais, embora as exportações ligadas à tecnologia continuem a expandir-se a um ritmo robusto.

O FMI conclui que, apesar da resiliência da economia global, esta continua exposta a múltiplos riscos e desequilíbrios. Defende, por isso, que as políticas económicas se concentrem em restaurar margens orçamentais e assegurar a sustentabilidade da dívida pública, mantendo políticas monetárias calibradas com o objetivo de preservar a estabilidade de preços.

Recomenda ainda que os países avancem com reformas estruturais, que reforcem a produtividade, a competitividade e o potencial de crescimento, ao mesmo tempo que promovem enquadramentos comerciais estáveis e previsíveis.

Finalmente, o FMI sublinha que o progresso tecnológico poderá elevar significativamente o crescimento global se for acompanhado por políticas que garantam uma transição ordenada, inclusiva e sustentada.

A atual configuração global evidencia uma rutura profunda da ordem internacional, na qual o antigo sistema baseado em regras deixou de garantir previsibilidade ou proteger as potências médias. Alguns países têm assumido a necessidade de adotar uma postura mais assertiva, reconhecendo que a interdependência económica passou a ser instrumentalizada por grandes potências através de tarifas, coerção financeira e exploração de fragilidades nas cadeias de valor.

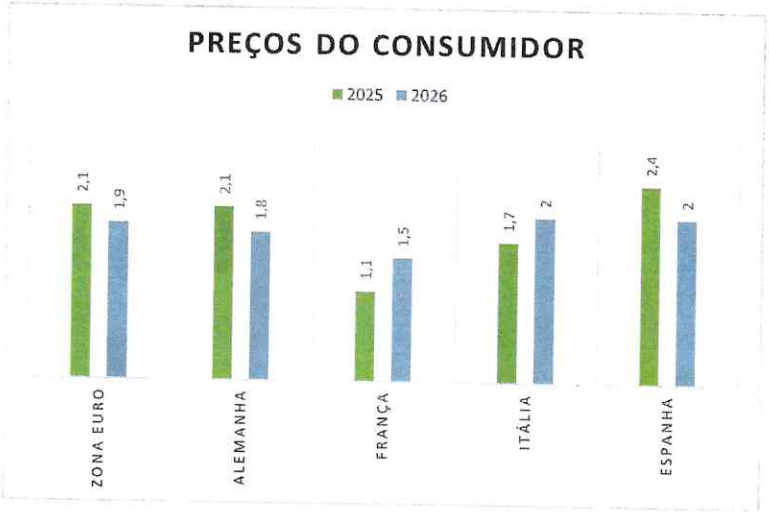
Perante este contexto, vários Estados veem como essencial avançar para uma autonomia estratégica que combine valores centrais - direitos humanos, soberania e desenvolvimento sustentável - com a capacidade material necessária para sustentar essas escolhas.

Europa

É esperado que o crescimento da Zona Euro acelere, atingindo 1,4% em 2025 e 1,2% em 2026, segundo as projeções do Banco Central e dos Bancos Centrais Nacionais. Estas previsões refletem uma economia apoiada pela melhoria das condições financeiras, pela redução da incerteza comercial internacional e por preços de energia mais moderados.

Relativamente à inflação, a OCDE e o FMI antecipam que a tendência de descida prossiga, com a taxa a situar se em 2,1% em 2025 e a recuar para 1,9% em 2026. Os principais riscos associados a estas projeções continuam a ser a volatilidade dos preços da energia e a persistência de pressões elevadas nos serviços, que se mantêm mais resistentes à desaceleração da inflação.

Direção



Fonte: Dados do FMI do relatório Perspetivas Económicas Mundiais de outubro de 2025

A Zona Euro enfrenta desafios acrescidos num ambiente em que as tarifas, as infraestruturas financeiras e as cadeias de abastecimento podem ser usados como instrumentos de coerção, expondo dependências críticas de um bloco muito integrado e aberto ao comércio. A resposta passa por acelerar a autonomia estratégica, diversificar energia e tecnologia, fortalecer a resiliência industrial e atuar coletivamente para evitar assimetrias negociais com grandes potências.

Este novo enquadramento traz consigo maior volatilidade, incluindo a reconfiguração de cadeias produtivas, custos acrescidos ligados à segurança energética e tecnológica, pressões sobre competitividade e constrangimentos fiscais. Em paralelo, abre espaço para redefinir o papel externo do euro, fortalecendo redes de cooperação mais resilientes e reduzindo a exposição a mecanismos de coerção.

Neste contexto, ganha particular relevância o recente acordo comercial celebrado, em janeiro de 2026, entre a União Europeia e a Índia, descrito como "o maior de todos os acordos comerciais" e que cria um mercado conjunto de cerca de dois mil milhões de pessoas. O acordo elimina ou reduz tarifas sobre 96,6% das exportações europeias para a Índia e deverá duplicar o valor exportado até 2032, reforçando a cooperação económica num ambiente global marcado por tensões comerciais e geopolíticas. Este avanço contribui para mitigar riscos associados à concentração de mercados, reforça a posição estratégica da UE face à concorrência dos EUA e da China e abre novas oportunidades de expansão para as empresas europeias, que passam a beneficiar de um enquadramento comercial mais previsível e competitivo.

As empresas europeias enfrentam hoje um contexto global mais volátil, onde cadeias de valor, logística e finanças podem tornar se instrumentos de pressão geopolítica. Para garantir continuidade e competitividade, é essencial reforçar resiliência interna, diversificar fornecedores e mercados e colaborar com parceiros fiáveis que assegurem previsibilidade - um objetivo que o novo acordo UE–Índia também ajuda a concretizar ao ampliar o leque de destinos e oportunidades comerciais disponíveis para as empresas europeias.

Outros

China

Em janeiro de 2026, o FMI, na sua avaliação do cenário macroeconómico, considerou que as tensões associadas às trocas comerciais

entre a China e os EUA tinham diminuído. Às disputas relacionadas com as exportações seguiu-se um acordo bilateral de suspensão das tarifas, que estará em vigor até novembro de 2026.

O impacto deste acordo foi de tal modo significativo que, a expetativa de crescimento da economia para 2026 foi revista, passando de 0,3% para 4,5%. Outro fator para esta revisão terão sido as medidas de estímulo à economia chinesa que o país prevê implementar nos próximos dois anos.

O FMI espera que a taxa de crescimento da economia desacelere para 4,0% em 2027.

EUA

Para os EUA, a OCDE prevê que o crescimento do PIB abrande para cerca de 1,8% em 2025 e entre 1,5% e 1,7% em 2026, refletindo tarifas mais elevadas, maior incerteza económica e um abrandamento no consumo e investimento.

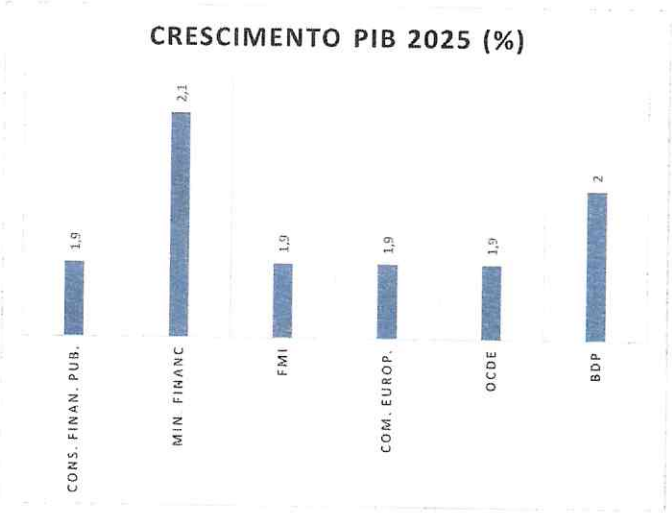
Esta incerteza reflete-se nos valores das próprias projeções. O FMI, por exemplo, assume uma posição menos conservadora e situa a expansão da economia americana nos 2,4%, para 2026.

Com os incentivos fiscais ao abrigo da One Bing Beautiful Bill Act, o FMI considera que o crescimento se manterá sólido nos 2% em 2027.

5.2 - Cenário Interno

Para Portugal, a Comissão Europeia considerou, no seu relatório de novembro de 2025, que a procura interna continuará a sustentar o crescimento económico, estimando um crescimento do PIB para 1,9% em 2025 e de 2,2% em 2026.

Esta estimativa está alinhada com a análise de outros organismos oficiais.



O Banco de Portugal projetou um Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor de 2,2% para 2025 e de 2,1% para 2026. A Comissão Europeia considera que estes níveis estão associados à estabilização dos preços da energia e à desaceleração de preços dos serviços.

Direção

De acordo com o Banco de Portugal, prevê se um abrandamento gradual do emprego, acompanhado pela estabilização da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos. Embora o nível de emprego deva manter uma tendência de crescimento, este será cada vez mais moderado, situando se em 0,9% em 2026 e em 0,5% em 2027. Esta evolução reflete aumentos contidos quer na taxa de atividade, quer na população em idade ativa.

O crescimento populacional continuará a ser sustentado pela entrada de trabalhadores estrangeiros, ainda que com fluxos progressivamente menores após o pico registado em 2023. Assim, num contexto de expansão modesta da população ativa e do emprego, a taxa de desemprego deverá fixar se, em média, nos 6,3%.

Com a aproximação do fim do período de execução do PRR, espera-se que o dinamismo do investimento, quer seja público ou privado, acelere em 2026 para abrandar em 2027, uma vez que para 2027 estão apenas previstos pagamentos residuais.

De acordo com a Comissão Europeia, espera-se que a balança de transações correntes permaneça em terreno positivo, uma vez que o forte aumento projetado no volume das importações deverá ser parcialmente compensado pela queda esperada nos preços das importações de energia em 2025 e 2026.

5.3 - Evolução previsível da entidade

No âmbito da estratégia de crescimento e reforço da resposta à comunidade, a instituição encontra-se a desenvolver um plano de expansão das suas respostas sociais. A curto prazo, prevê-se a criação do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de um Centro de Dia, a funcionar no Salão Paroquial, cujas instalações se encontram cedidas em regime de comodato ao Centro Paroquial e Social, sendo adaptadas para o efeito. Paralelamente, está prevista a implementação de um Gabinete de Apoio aos Utentes, com o objetivo de reforçar o acompanhamento social e a proximidade com a comunidade.

A médio e longo prazo, a instituição perspetiva a construção de um novo edifício que permita a ampliação da creche existente e a criação de novas respostas sociais, nomeadamente uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), reforçando assim a sua missão de apoio às diferentes gerações da comunidade

6 - Outras Informações

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2025.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Direção

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do desenvolvimento da nossa atividade social.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da ASP - Associação Social de Pereira.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Barcelos, 10 de março de 2026,

Direção